

"A legitimidade do poder político é a sua base ética, que pressupõe a aceitação da investidura pelo povo"

Seabra Fagundes

DR JORGE DA COSTA PINTO NEVES
AV HCSA E SILVA 1144 APTº 804
AFLITOS RECIFE PE 50000

PORTE PAGO

Autorização
Nº 183
AGÊNCIA CENTRAL
ECT-DR/PE

ANO X — Nº 12 — ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — RECIFE — DEZEMBRO/81

José Neves recebe Medalha Rui Barbosa

Tributo à coragem de um jurista



Dona Célia da Costa Pinto Neves entrega a medalha ao seu marido



Os erros de português em questão

Um mestre do nosso idioma analisa a atividade dos advogados e acha que muitos estão atropelando o português, com reflexos gravíssimos para a respeitabilidade da classe. De quem é a culpa? Eis a questão. (Página 6)

Carta expressa pensamento dos advogados Contra o autoritarismo

Em Fortaleza, no XXIX Encontro dos Presidentes de Seccionais, foi manifestada, mais uma vez, a posição da OAB em defesa das instituições democráticas e sua preocupação ante a crise do ensino jurídico. (Página 7)

Nas paginas 4 e 5, relação de serviço médico com abatimento

Pelo exercício da advocacia

O que se fez, neste 1981, em favor do exercício da advocacia em Pernambuco? Essa é a questão básica que se coloca para os conselheiros da Ordem ao fim de mais um ano de trabalho e para ela teríamos, basicamente, uma única e ampla resposta, talvez suficiente como ponto de partida para uma reflexão aprofundada de todos quantos se dedicam à advocacia: Fez-se o possível e tentou-se o que muitos consideram impossível.

No campo do possível, do palpável, os advogados pernambucanos lutaram pela ampliação do número de cartório de imóveis, pela reforma da lei de Custas, pelo provimento das Comarcas vazias, e demos largos e expressivos passos. Voltamos a nos reunir para o debate sereno e aprofundado das mais urgentes questões do Direito, retornamos ao convívio com a Casa de Tobias em várias e profícuas promoções, ensejando a vinda, ao Recife, de grandes juristas nacionais. Mantivemos um trabalho permanentemente voltado para o fortalecimento da Ordem como uma instituição em defesa dos profissionais do Direito e essa foi, por si só, tarefa de fôlego.

Impossível é, para alguns, exatamente levantar a bandeira de defesa das instituições, de respeito ao Direito, de concretização da Justiça. Nisso a OAB, por refletir o pensamento dos advogados brasileiros e pernambucanos, em particular, não tem se poupado. A crença na legitimidade do poder como suporte democrático, expressa magistralmente pelo jurista Seabra Fagundes, que veio ao Encontro dos Advogados em Garanhuns, é a crença do, para nós, possível.

E nesse combinado de tarefas práticas e de efeitos imediatos, com a luta pelo primado do Direito, se fez o 1981 dos advogados pernambucanos. Temos a salientar, por repercutir mais

diretamente no dia-a-dia dos profissionais do Direito, o trabalho que desenvolvemos contra a exorbitância das Custas da Justiça, que redundou na aprovação de lei revogando o dispositivo vigente que estabelecia o aumento automático das custas com o aumento do funcionalismo.

Para isso, foi constituída e instalada Comissão presidida pelo Procurador Antônio Coelho de Medeiros e integrada pelo advogado Luiz Piauhyllino de Melo Monteiro, representante da OAB, e pelo bacharel Arnaldo Maciel, pelo Colégio Notarial; Geraldo Correia da Silva, juiz aposentado; Procurador Artur Lima e Murilo Bezerra Pedrosa, da Associação dos Serventuários de Justiça, para a elaboração de modificações da lei de custas.

Essa decisão de forma nenhuma foi considerada pela OAB como decisiva na solução do problema, desde que nos temos voltado fundamentalmente contra o extorsivo peso das custas, que vêm provocando inquietação entre os advogados mais antigos e desespero para os mais jovens, que se defrontam com uma carga difícil de justificar perante aqueles que procuram a prestação jurisdicional. Inúmeros casos foram encaminhados à Seccional, relatando situações que deslustram a Justiça.

Por fim, salientemos o esforço da Seccional em melhorar seus serviços, reivindicando, para isso, a compreensão de seus associados para o cumprimento de uma obrigação sem a qual não pode sobreviver a instituição, que é o pagamento das anuidades. Recentemente, publicamos extensa relação de associados que há 10 anos não pagam e há uma outra, maior ainda, dos que estão em atraso há cinco anos. Isso dificulta um melhor desempenho administrativo da seccional, cujo custo dos serviços é menor que o cobrado em muitos outros Estados.

Recado do presidente

Colegas:

Neste fim de ano desejamos agradecer a colaboração e a ajuda recebidas de todos. A nossa seccional tem agido com o apoio da classe e isto significa muito para nós.

Estamos nas vésperas de uma data muito importante: os cinquenta anos de fundação da Seccional. A Comissão designada prepara com o maior cuidado um programa condigno de festas, para marcar o acontecimento. A ajuda que esperamos dos colegas é a sua participação ativa e efetiva.

Além da vigilante atuação em favor de um mais rápido andamento da justiça e de correção do valor das custas, que constituíram obstáculos ao normal exercício da profissão, deparamo-nos com outro desafio, que pretendemos enfrentar com a mesma energia. O exercício ilegal da profissão.

Não bastassem os óbices já existentes e ainda nos deparamos com um problema de incidência crescente: o exercício ilegal da profissão. Inúmeras pessoas (formadas ou não em direito) sem inscrição na OAB, estão atuando no foro do Estado. Essa prática, além de constituir contravenção penal, é altamente lesiva aos direitos dos advogados. Constitui concorrência desleal.

A Lei 4.215 é clara quanto ao dever dos Juizes de solicitar identificação dos advogados, quando tenham dúvida de sua habilitação profissional, assim como de exibição de comprovante de pagamento de anuidade, como prova de quitação com obrigações legais.

Infelizmente, na prática, essa atividade não vem sendo exercida com a desejável intensidade. Daí termos dirigido ofício ao Des. Corregedor Geral da Justiça solicitando instruir os Srs. Juizes, no que fomos atendidos.

Todavia, nós, advogados, os maiores interessados, devemos fiscalizar com vigilância.

Por esse motivo, esperamos a colaboração de todos, no sentido de que procurem identificar os que exercem ilegalmente a profissão, e adotem as providências tanto junto aos Juizes onde eles atuem como junto à OAB.

Renovando os agradecimentos pela confiança e apoio recebidos, formulamos os mais sinceros votos de felicidade pessoal, e de que, no próximo exercício o nosso País continue com passos firmes o caminho para o Estado de Direito Democrático, realizando-se, assim, a aspiração de todos os brasileiros verdadeiramente patriotas.

CONSELHO

Dorany de Sá Barreto Sampaio
Presidente

Everardo da Cunha Luna
Vice-Presidente

Hélio Mariano da Silva
1º Secretário

José Paulo Cavalcanti Filho
2º Secretário

Manoel Alonso de Castro
Jordão Emerenciano
Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior
Aurélio Agostinho da Boa Viagem
Carlos Eduardo Cintra da Costa
Pereira

Carlos Eduardo Vasconcelos
Egydio Ferreira Lima

Geraldo Oliveira Santos Neves

Hélio Mariano da Silva

Irapoan José Soares

Isaac Pereira da Silva

João Pinheiro Lins

Jonas Ferreira Lima

Jório Valença Cavalcanti

Niete Correia Lima



Órgão oficial da Ordem dos
Advogados do Brasil —
Seção de Pernambuco
ANO X — Nº 12 — DEZEMBRO/81

Nilton Wanderley de Siqueira
Olympio Costa Júnior
Oswaldo Cavalcanti da Costa
Lima Filho
Rodolfo Albuquerque Araújo
Romualdo Marques Costa
Rorinildo Rocha Leão
Sílvia Novaes Baptista
Urbano Vitalino de Melo Filho

Membros natos

José Cavalcanti Neves
Carlos Martins Moreira
Joaquim Correia de Carvalho
Júnior
Octávio de Oliveira Lobo
Delegados do Conselho Federal
Corintho de Arruda Falcão

Silvio Curado
Fernando Sobral Cruz

Editores
Olbianio Silveira
Jodeval Duarte

Programação visual
Josias (Quarentinha)

Fotografias
Sidney Passarinho

Arte-final
Isnaldo Nogueira Xavier

Diagramação, composição,
arte-final, fotolitos



EDITORA
COMUNICARTE
PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS

Circulação

A tiragem do Jornal OAB é de 6.000 exemplares e a distribuição abrange todos os advogados inscritos na Ordem. O envio é feito para os endereços profissionais ou residência do destinatário. Se você não o está recebendo, compareça à sede da OAB para atualizar o seu endereço.

José Neves recebe a 5ª Medalha Rui Barbosa

Um dos poucos escolhidos

Nos primeiros dias de dezembro, o Conselho Federal da OAB realizou uma das sessões mais importantes do ano, com participação de juristas, intelectuais, políticos, jornalistas e muitas autoridades, para homenagear seu ex-presidente.

Com essa homenagem, o pernambucano José Cavalcanti Neves assumiu a privilegiada posição de um dos cinco brasileiros a receberem a Medalha Rui Barbosa, criada em maio de 1970. Os outros são: Sobral Pinto, Dario de Almeida Magalhães, Nehemias Gueiros e Seabra Fagundes.

No documento de indicação, os membros do Colégio dos ex-presidentes da OAB destacam os relevantes serviços prestados à advocacia brasileira pelo pernambucano José Neves.

Ele nasceu em Pesqueira, no dia 3 de julho de 1921. Terminou o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife, turma de 1944. Em 1953, foi eleito presidente do Conselho da OAB-PE, onde permaneceu até 1971.

Em abril daquele ano, foi eleito presidente do Conselho Federal da OAB para um mandato que terminou em 1973. É presidente Emérito da Seccional de Pernambuco e Presidente Honorário do Instituto dos Advogados de Pernambuco, membro efetivo do Instituto dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, foi vice-presidente da União Internacional dos Advogados, com sede em Paris, de setembro de 1971 a agosto de 1973.

José Neves já ocupou o cargo de Secretário do Interior, em Pernambuco no Governo Cid Sampaio. Foi Procurador da Fazenda Nacional nas gestões dos ministros Carvalho



O abraço do ministro da Justiça Abi-Ackel

Pinto e Octávio Gouvêa de Bulhões. É casado com Célia da Costa Pinto Neves e tem 12 filhos, sendo três advogados.

Quando presidente do Conselho Federal da OAB, no exercício de 1971/73, um dos períodos mais difíceis da História do País nos últimos 20 anos, atuou com serenidade e firmeza

em defesa da Justiça e do Direito. Vivía-se, então, sob a ameaça permanente do Ato Institucional 5, censura dos meios de comunicação e violação dos direitos humanos.

Nas suas considerações, os membros do Colégio dos Ex-Presidentes mostram que, ape-

sar de tudo, José Cavalcanti Neves colocou a OAB numa posição que lhe assegurou o respeito e a admiração do povo brasileiro, destacando-se seus votos no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos como uma demonstração de desassombro e dedicação às grandes causas da Justiça.

Mensagem de Sobral Pinto

Rio de Janeiro,
9 de dezembro de 1981

Neves:

Fraternal abraço, com votos de saúde e paz. Era de obrigação estar, agora, ao seu lado, neste instante de justo triunfo, em que você recebe a Medalha Rui Barbosa, prêmio aos seus serviços à classe e ao direito. Dever de gratidão, além dos de amigo e colega, isto me impunha, por ter sido você, como presidente do Conselho Federal, quem me entregou, numa solenidade como a de hoje, essa mesma medalha.

Não é somente esta circunstância que a tanto me obrigava. É, também, o fato de você, na Presidência, ter imprimido à solenidade caráter excepcional, pronunciando palavras altamente laudatórias à minha pessoa, que ultrapassaram de muito o meu parco merecimento, e dedicado um número especial da Revista da Ordem à perpetuação do notável acontecimento.

Em convalescença de gripe grave, proibição médica me impede, por motivo do mau tempo, de sair de casa para participar, como desejava, da

solenidade da proclamação de seus méritos e levar-lhe e à Exmª Sra. o meu abraço de parabéns.

Pode estar certo, eminente colega e distinto amigo, que é com grande mágoa que deixo de, em pessoa e na sua presença, bater vigorosas palmas, quando a Medalha Rui Barbosa for, com justiça, dependurada ao seu pescoço pelo nosso ilustre presidente Bernardo Cabral, nosso colega e nosso amigo. Junto segue, para seu conhecimento, cópia da carta ao nosso presidente. Ass. H. Sobral Pinto.

Serviço de saúde para advogados e estagiários

Através de convênio com a Seccional da OAB, os clínicos, cardiologistas, pediatras, dentistas, laboratórios, etc. aqui relacionados, atendem com abatimento de 40% — no caso dos médicos — e tabela especial — nos demais casos — aos advogados, estagiários e seus dependentes.

PEDIATRIA

- 01 - Dr. EDWALNIRO NASCIMENTO GOUVEIA
Rua Jornalista Edmundo Bitencourt, 120 - B. Vista - Fone: 221-3843
- 02 - Dr. LUIZ GUIMARÃES GOMES DE SÁ
Av. Conde da Boa Vista, 514 Edif. Pauster - Conj. 901/2
- 03 - Dra. RITA DE CÁSSIA DA SILVA LEITE
Rua da Aurora, 295 - Edif. S. Cristóvão - Conj. 1008 - Fone: 221-2491
- 04 - Dra. MARIA DE FÁTIMA REBELO CAHÚ (CENTRO-CLÍNICA)
Av. Visconde de Suassuna, 677 - Fone: 222-6390
- 05 - Dra. NERY KLEIDE SOUZA HAMPEL (CEMOPE)
Av. Bernardo Vieira de Melo, 3500 - Fone: 361-1291
- 06 - Dra. MARIA CLARA FEITOSA ALBUQUERQUE
Rua Demócrito Souza Filho, 209 - Fone: 227-0981
- 07 - Dra. MARIA ALICE PACHECO DE MORAES
R. Cons. Portela, 378 - Fone: 222-0464
- 08 - Dr. PEDRO EROS DE ARAÚJO COUTINHO
Av. João de Barros, 5 (PRO-NATIS)
- 09 - Dra. MIRIAN WOLFENSON DE MAGALHÃES JAMBO
Av. João de Barros, 777
- 10 - Dra. MARCIA VERÔNICA ARAÚJO DE BRITO
Av. Getúlio Vargas, 1507 - s/11 - Fone: 429-2281
- 11 - Dra. TANIA ROCHA DE ALMEIDA
Rua Real da Torre, 750
- 12 - Dra. SOLANGE PEREIRA DE OLIVEIRA
Rua Carlos Porto Carreiro, 146 - Fone: 222-5994
- 13 - Dra. MARIA NAZARÉ FERAZ DE ALBUQUERQUE
Av. Domingos Ferreira, 1929 - Fone: 325-4898
- 14 - ALICE RODRIGUES DE SENA
R. Cons. Portela, 378 - Fone: 222-0464.

NEUROPEDIATRIA

- 01 - SELMA MARIA GADELHA BARBOSA

Av. João de Barros - 847 - Fone: 222-5039

PSICOLOGIA

- 01 - OSWALDO SANTOS DE MELO
Rua Nova, 225 - Fone: 224-4516
- 02 - CARMEN INÊS SAMPAIO CABRAL
Praça do Derby, 217 - Fone: 222-2236
- 03 - NIZE BANDEIRA LOPES
Estrada do Arraial, 2441 - Casa Amarela
- 04 - VERA MARIA COSTA CORDEIRO
R. Abreu e Lima, 99 - Rosário - Fone: 268-1128
- 05 - HELENA MARIA RIBEIRO
R. José Osório, 227 - Madalena - Fone: 227-2512
- 06 - ALMA CAVANE PACHECO R. LIMA
Av. Visconde de Suassuna, 677 - Fone: 222-6390
- 07 - CLEA JUNG MULLER
Av. Visconde de Suassuna, 677 - Fone: 222-6390
- 08 - REGINA MARIA CALDAS CAMPELO
R. Nestor Maia Filho, 20 - Fone: 222-1879
- 09 - FELIPE CALADO DO NASCIMENTO
Av. Getúlio Vargas, 629 - Olinda - Fone: 429-2281
- 10 - LUCIA MARIA ARGAS DE OLIVEIRA MELO
Rua Cons. Portela, 378 - Fone: 222-0464
- 11 - EDUARDO CARLOS BEZERRA DE ALBUQUERQUE
R. Djalma Farias, 227
- 12 - ENY VIRNE DAMASCENO
R. Maria Judite Lins, 520 - Fone: 431-2958
- 13 - MARIA DO CARMO CAMAROTTI DA SILVA FONSECA
Rua José Luiz da Silveira Barros, 83 - Fone: 231-9922
- 14 - ANA MARIA MEDEIROS DE INTÚRIAS
Rua Conde de Irajá 930. Fone: 227-2036

ANALISTAS

- 01 - Dr. ARNANE WANDERLEY
Rua do Sossego, 607 - Boa Vista.
- 02 - LABORATÓRIO OLINDA
Av. Getúlio Vargas, 1457 -

Olinda - Fone: 429-0893 - Médicos: Dr. Raul Mariz, Dra. Nélia Lima, Dra. Suzana Rosas, Dra. Paula Loureiro

- 03 - LACESP
Estrada do Encanamento, 443 - Parnamirim - Fone: 268-6044
Av. Conselheiro Aguiar, 3687 - Boa Viagem - Fone: 326-1901
- 04 - CEAME
Av. Visconde de Suassuna, 748 Boa Vista - Fone: 222-4522
- 05 - PRONTOLINDA
Av. José Augusto Moreira, 793 Olinda - Fone: 431-1416
- 06 - PRONTO ANÁLISES OLINDA
Av. José Augusto Moreira, 1036 - C. Caiada - Olinda - Fone: 429-1631
Drs.: Ângela Maria de Oliveira, Maria Eliane B. Melo, Maurício Ferreira da Silva e Renira Torres Macaúbas.
- 07 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES MÉDICAS DA ENCRUZILHADA
Praça da Encruzilhada, 53 - 1º andar - Recife
- 08 - CERPE
Rua Viscondessa do Livramento, 210 - Derby - Fones: 231-1261/222-4103 - Rua Amazonas, 187 - Fone: 326-6872
- 09 - LABORATÓRIO DE ANÁLISE MÉDICA
Av. Rosa e Silva, 615 - Fone: 221-2899
- 10 - LABORATÓRIO ASSOCIADO DE PATOLOGIA DÍVA MONTENEGRO
- 11 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
Av. Visconde de Suassuna, 677 Boa Vista - Fone: 222-6390
Rua Henrique Dias, 133 - Boa Vista - Fone: 221-3879

ALERGIA

- 01 - Dr. MARCO AURÉLIO RAMALHO BEZERRA
Rua Paissandu, 550 - Fone: 221-0781
- 02 - CLÍNICA DE DOENÇAS ALÉRGICAS E RESPIRATÓRIAS LTDA.
Av. Rosa e Silva, 1167 - Fone: 221-4924
- 03 - Dr. ALFREDO FAGUNDES
Av. Domingos Ferreira, 1653 - Fone: 326-1215

CLÍNICA GERAL

- 01 - Dr. TELMO DE OLIVEIRA MELO
Rua Cons. Portela, 378 - Espinheiro - Fone: 222-0464
- 02 - Dr. ROBERTO TREZENA PATU
Av. Visconde de Suassuna, 717 Boa Vista, Fone: 221-4315
- 03 - Dra. TEREZA CRISTINA TEIXEIRA DA FONSECA
Rua Tenente João Cícero, 602 - Fone: 326-0728
- 04 - Dr. LUIZ EDUARDO DE ARUDA FALCÃO
Av. Visconde de Suassuna, 783 - Boa Vista
- 05 - Dr. NIVALDO JERÔNIMO MOSCOSO DE ALBUQUERQUE
Av. Bernardo Vieira de Melo, 3500 - Fone: 361-1291 (Cemope)
- 06 - Dr. JOSÉ AUGUSTO LINS BARROS DE CARVALHO
Av. Getúlio Vargas, 629 - Olinda - Fone: 429-2281
- 07 - Dr. OSEAS DE MORAIS BORBA JR.
Av. Conde da Boa Vista, - Edif. Tabira s/210 - Fone: 222-1121

CLÍNICAS

- 01 - CEMUB - Centro Médico de Urgência de Boa Viagem
Av. Conselheiro Aguiar, 3143 Boa Viagem - Fone: 326-4157
- 02 - CLÍNICA DE DOENÇAS ALÉRGICAS E RESPIRATÓRIAS LTDA.
Av. Rosa e Silva, 1167 - Fone: 221-4924
- 03 - CLÍNICA JOÃO XXIII
R. Dr. João Asfora, 35 - Fone: 231-6565
- 04 - CENTROCLÍNICA - Gastroenterologia - Dermatologia - Ginecologia - Pediatria - Clínica Médica e Medicina Tropical - Psicologia - Odontologia
Av. Suassuna - 677 - Fone: 222-6390.

CITOLOGIA E COLPOSCOPIA

- 01 - CLAUDETE TRINDADE DE ARAÚJO
Av. Cons. Aguiar, 2210 - Fone: 325-4424
Av. Getúlio Vargas, 337 - Fone: 429-3486
- 02 - MIRIAM CRISTIANA CAM-

- POS TÔRRES**
R. Rosário da Boa Vista, 157
Boa Vista - Fone: 221-4483
- 03 - **ZALITEA FIGUEIREDO**
R. do Paissandu, 67 - Edf.
Centro Médico /S/21-22 - Fo-
ne: 222-5533
- 04 - **MARILIOY ALVES OLIVEI-
RA DE SOUZA**
R. Epaminondas de Melo, 177
Fone: 221-1763
- 05 - **AGOSTINHO MANOEL DA
SILVA**
Rua das Graças, 277 - Apto.
1302 - Fone: 231-3524

CANCEROLOGIA

- 01 - **JOSÉ VIEITEZ OTERO**
Rua Cons. Portela, 539 - Es-
pinheiro

CIRURGIA PLÁSTICA

- 01 - **GILDO MARÇAL**
Rua São Francisco, 60 -
Paissandu - Fone: 231-2274
- 02 - **AFRÂNIO JORGE CAMPOS
LOPES**
Av. Conde da Boa Vista, 1612
Boa Vista

CARDIOLOGIA

- 01 - **NIVALDO JERÔNIMO MOS-
COSO DE ALBUQUERQUE**
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291
- 02 - **LUIZ FERNANDO SALA-
ZAR DE OLIVEIRA**
- 03 - **BENTO BEZERRA**
R. José de Alencar, 493 -
s/205 - Fone: 231-7218
- 04 - **ANTÔNIO JOSÉ DE AN-
DRADE DO NASCIMENTO**
Av. Visconde de Jequitinho-
nha, 746 - Fone: 341-3023

DERMATOLOGIA

- 01 - **JORGE LOBO FILHO**
R. Fernandes Vieira, 291
- 02 - **VERA LÚCIA SANTOS OLI-
VEIRA**
R. Corredor do Bispo, 50 -
Apto. 1 - Fone: 231-3756
- 03 - **GLAURA MARIA AZEVE-
DO MOTA**
Av. Visconde de Albuquerque,
802 - Madalena - Fone:
227-1195

- 04 - **BELARMINO DE SIQUEIRA
CARNEIRO**
Av. Visconde de Suassuna, 677
Fone: 222-6390

- 05 - **SARITA MARTINS DE CAR-
VALHO**
R. Nunes Machado, 58 - Fone:
221-4095

ELETOENCEFALOGRAMA

- 01 - **SALUSTIANO GOMES LINS**
R. Manoel de Almeida, 154 -
Graças - Fone: 222-4409
- 02 - **GILSON EDMAR GONÇAL-
VES E SILVA**
R. Bispo Cardoso Ayres, 252 -
Boa Vista - Fone: 222-6404

GERIATRIA

- 01 - **EDUARDO ALBUQUERQUE**
Av. Getúlio Vargas, 629 - Fo-
ne: 429-2281
Rua Real da Torre, 750 - Fo-
ne: 227-1149
Rua Henrique Machado, 110 -
Fone: 268-3954
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291

ENDOCRINOLOGIA

- 01 - **ADERSON PACHECO NICO-
DEMOS**
R. Fernandes Vieira, 675 - Boa
Vista
- 02 - **INSTITUTO DE ENDOCRI-
NOLOGIA E MEDICINA NU-
CLEAR DO RECIFE**

R. Visconde do Livramento,
233 - Fones: 222-1148 e
222-4103

GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

- 01 - **SEBASTIÃO AMÉRICO SILVA**
R. Carlos Porto Carrero, 146 -
Fone: 222-5994
- 02 - **ZACARIAS MAYAL**
R. da Palma, 295 - Edf. Sael -
Conj. 406/7
- 03 - **ROBERTO SELVA CARNEI-
RO MONTEIRO**
Rua Benfica, 357 - Fone:
228-4122
- 04 - **MARIA DOLORES DE VAS-
CONCELOS**
Rua da Palma, 167 - Fone:
224-9137
- 05 - **LAZARO BERMAN**
Matias de Albuquerque, 223 -
Edf. Bancomércio s/709
- 06 - **CARLOS JOSÉ DA FONSECA**
Av. Manoel Borba, 917
- 07 - **VITÓRIA ELIZABETH MAR-
QUES**
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291
- 08 - **ISABEL CRISTINA MORA-
TO DE MEDEIROS**
R. Pacifico Santos 110 - Pais-
sandu - Fone: 221-4019
- 09 - **MARIA ASSUNÇÃO LIMA
DOS SANTOS**
Rua Cons. Portela, 378 - Fone:
222-0464
- 10 - **JOSÉ DE SOUZA BRANDÃO**
R. do Sossego, 199 - Boa Vista
- 11 - **VALDENIRA MOURA DE
ANDRADE LIMA**
Av. Visconde de Suassuna,
717 - Diariamente - 14:00
às 18:00
- 12 - **ITA VILELA ZANARDI**
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291
- 13 - **ANA MARIA MEDEIROS DE
INTÚRIAS**
Rua Conde de Irajá, 930 - Fo-
ne: 227-2036
- 14 - **LUIZAUREO BARRETO DA
SILVA NEN**
Av. Suassuna 677 - Fone:
222-6390
- 15 - **LIDIO JOSÉ DOS SANTOS
MENDES**
Rua Barão de Itamaracá, 123 -
s/1.

OFTALMOLOGISTA

- 01 - **OTTO DE MORAES PINHEI-
RO**
R. Engenheiro Ubaldo Gomes
de Matos, 119 - Edf. Marques
do Recife - Conj. 103 - Fone:
224-5408
- 02 - **PAULO JOSÉ MENEZES**
Av. Guararapes, 86 - Edf. Sto.
Albino s/604
- 03 - **PRONTOCLÍNICA OFTAL-
MOLÓGICA**
Av. Visconde de Suassuna, 505
- Boa Vista - Fone: 222-5638
- 04 - **JOÃO EUDES TAVARES**
R. da Hora - 757 - Fone:
221-0811
- 05 - **JORGE RODOLFO GLASNER**
R. do Giriquiti, 104 - Fone:
222-5723
- 06 - **HERALDO DE SÁ MARTINS
E AUXILIADORA DE SÁ
MARTINS**
Av. Conde da Boa Vista, 121 -
s/605 - Fone: 231-0879

OTORRINO

- 01 - **SYLVIO DE ANDRADE LIMA**
R. Bispo Cardoso Ayres, 83 -
Boa Vista
- 02 - **UBIRAJARA PEREIRA DE
FARIAS**
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291
- 14 - **DUSE PIRES MARINHO DE
SOUZA**
Rua Cel. Benito Chaves, 70 -
s/6 - Fone: 325-0014

- 15 - **VERA LÚCIA MACEDO
MARQUES**
Rua do Espinheiro, 656 - Fone:
222-3420
- 16 - **MARIA DE FÁTIMA
MOUCHREK**
Av. Getúlio Vargas, 629 - Fo-
ne: 429-2288
- 17 - **ELEONORA TORRES PRES-
TELO**
R. dos Navegantes, 2876 - Fo-
ne: 325-5168
- 18 - **MARIA EMÍLIA WANDER-
LEY CORREIA**
Av. Getúlio Vargas, 1507 - s/
11

PSIQUIATRIA

- 01 - **MARIO DE ALBUQUERQUE
NASCIMENTO**
R. do Hospício, 194 - Edf.
Olympio s/203 - Fone:
221-0967
- 02 - **CLAUDIO AUGUSTO DUQUE**
Rua Pacifico dos Santos, 63 -
s/105 - Fone: 221-0437
- 03 - **LÚCIA MARIA DE LUNA
DUQUE**
Rua Pacifico dos Santos, 63 -
s/105 - Fone: 221-0437
- 04 - **LUIZ FERREYRA DOS SAN-
TOS FILHO**
R. das Fronteiras, 274 - 1º
andar - Boa Vista - Fone:
222-0055
- 05 - **MARIA DE FÁTIMA BAR-
ROS CALIFE BATISTA**
Av. Santos Dumont, 38 - Fone:
221-4771
- 06 - **AÉCIO PAIVA VALENÇA**
- 07 - **VERA MARIA DA COSTA
CORDEIRO**

RADIOLOGISTA

- 01 - **ALOISIO PEIXOTO**
R. Carlos Chagas, 92 - Fone:
221-0785
- 02 - **CLÍNICA RADIOLÓGICA DE
PERNAMBUCO**
R. Gervásio Pires, 787 - Fones:
222-6900 - 222-0812

REUMATOLOGIA

- 01 - **AMAURO QUEIROZ PINHEI-
RO**
R. Fernandes Vieira, 675 -
Boa Vista
- 02 - **RICARDO DE MORAES CA-
VALCANTI**
R. do Sossego, 576

CONVÊNIO ODONTOLÓGICO

- 01 - Instituto de Ortodontia do
Recife - Correção Dentária
Prof. Euclides Medeiros - Or-
todontia; Prof. Caetano Go-
mes da Silva - Ortodontia;
Prof. Arnani Miranda Henri-
que - Clínica Dentária; Dra.
Myrian Rodrigues de Souza -
Dentista de Crianças e Senho-
ras
Rua Cons. Portela, 374 - Fone:
221-2958 - Diariamente.
- 02 - Prof. Fernando Amaral - Pe-
riodontia
Av. Conde da Boa Vista, 85
s/801 - Fone: 222-0213
- 03 - Dra. Marília Xavier Pires -
Ortodontia; Dra. Maria de
Lourdes Flório Pereira Gomes
- Periodontia e Clínica
Rua Henrique Dias, 133 - B.
Vista - Fone: 221-3879 - Dia-
riamente, pela tarde
- 04 - Dr. Inácio de Barros Correia
Dr. Brivaldo A. Cabral
Av. Dantas Barreto, 512 s/
1.109 - Fone: 224-5053
- 05 - Dr. Fernando B. Cavalcanti
Av. Cons. Aguiar, 2574 -
Boa Viagem - Fone: 326-2184
- 06 - Dra. Elimag dos Prazeres Bar-
bosa
Rua Bulhões Marques, 19 -

- Edf. Zikatz 5º s/502 - Fone:
221-2874
- 07 - Dra. Zilda Webster Jorge de
Souza
Clínica Odontológica Espi-
nheiro
Rua 48, 677 - Fone: 222-6674
Hora marcada
- 08 - Dra. Mirian Cariry de Araújo
- Clínica
Rua Siqueira Campos, 251 -
2º s/207 - Fone: 224-0362
- 09 - Dr. Fernando Miguel Brecken-
feld Filho - Clínico
Dr. Sebastião de Brito Alves -
Radiologista
Av. Guararapes - Ed. Sto. Al-
bino, 8º - Diariamente das
14 às 18 horas - Sábado 9 às
12 horas - Fone: 224-1716
- 10 - Clínica Odontológica N. S. do
Carmo
Dra. Edilene Maria D. Barbo-
sa Coutinho
Clínica Geral e Odontopedia-
tria
Avenida Norte, 4074 - Tama-
rineira 3º e 6º das 8 às 12 e
13 às 18 hs. 2º e 5º das 8
às 11,30 horas.
Elaine Lemos
Rua do Hospício, 284 - s/
302 - Fone: 268-3749
- 11 - Dr. Djalma Wanderley Filho -
Clínica Geral
Rua Dona Benvida, 236 -
Fone: 222-4274
- 12 - Dr. Erasmo Lira Cavalcanti -
Clínica Geral
Rua Barão de Itamaracá, 123 -
Espinheiro - 2º, 3º e 5º das
8 às 22 horas - Fone: 222-5232
- 13 - Dra. Maria Irani Freitas de Fa-
rias - Odontopediatria
Ottilza Moura de Santana
Av. Manoel Borba, 917 - Boa
Vista
- 14 - Dr. Marcelo Carneiro Lins e
Mello
Av. Conde da Boa Vista, 121
s/603 - Edf. Tabira - Fones:
221-3776 - 222-2258
- 15 - Dr. Paulo Alves Lins (CEMO-
PE)
- 16 - Dra. Maria de Fátima Fer-
nandes Lacerda
Av. Bernardo Vieira de Melo,
3500 - Fone: 361-1291
- 17 - Dr. Luciano Dornelas Câmara
Filho (Centroclínica)
Av. Visconde de Suassuna,
677 - Fone: 222-6390
- 18 - Dra. Verônica Maria Ferreira
Dornelas Câmara (Odontope-
diatria)
Av. Visconde de Suassuna, 677
Fone: 222-6390
- 19 - Dr. Alberon José Guedes San-
tos
Rua da Aurora, 295 - Edf.
São Cristóvão, 12º s/1209 -
Fone: 231-4325
- 20 - Dra. Martha Porto Carreiro
Coelho Cavalcanti (Odontope-
diatria)
Rua do Espinheiro, 657 - Fone:
222-2915
- 21 - Aristides Pessoa de Andrade
Av. Conde da Boa Vista, 121 -
Edf. Tabira, 2º s/208 - Fo-
ne: 231-2162
- 22 - Ivone Almeida Maciel
R. Dr. Nilo Dornelas Câmara,
90 - S.L. s/2 - Fone: 325-3228
- 23 - Fernando Antônio Prado Ca-
valcanti
Rua da Amizade, 140
- 24 - Edna da Silva Sant'anna
Av. Caxangá, 3410
- 25 - Tadeu Salazar Neves
Av. Getúlio Vargas, 1687 -
Fone: 429-1504
- 26 - Ilza Gomes de Vasconcelos
Av. João de Barros, 1861 -
s/102
- 27 - Consultórios Odontológicos
Rua Engº Ubaldo Gomes de
Matos, 119 - s/307
Estrada dos Remédios, 60 -
s/1 - Fone: 228-0667

Em defesa da linguagem no Direito

Com a autoridade de um dos maiores estudiosos da língua portuguesa no Brasil, o professor José Lourenço de Lima lamenta que nosso idioma esteja sendo assassinado todos os dias e faz sua defesa.

Professor reage aos erros dos advogados

Em artigo publicado no Diário de Pernambuco do dia 27 de novembro último, o mestre José Lourenço de Lima trata do problema da linguagem e seu uso pelos advogados. "Repugna — diz ele — que um portador de diploma universitário se expresse mal. Quando, porém, esse portador é um advogado, a repulsa assume proporções desmedidas, porque o advogado tem na palavra o maior instrumento para a elaboração de suas peças de acusação e defesa".

A colocação do professor é perfeita e é lamentável que tenha um caráter quixotesco, como ele mesmo salienta, ao temer que lhe joguem pedras por defender instrumentos que forcem o bacharel a só vir de fato a se tornar advogado quando comprovado conhecimento da língua, através de uma dissertação sobre tema concernente ao seu mundo profissional. Para ele, se não forem reveladas segurança de correção e estilo, não terá o bacharel condições de exercer a profissão.

Entendemos que não há por que o mestre temer que lhe sejam jogadas pedras por defender proposta de tão largo significado. Seria apedrejar a verdade, que já não faz parte apenas das convicções dos que defendem intransigentemente a pureza de nossa língua, mas de todos quantos, no dia-a-dia do exercício profissional, se chocam com o garroteamento do idioma, agredido nas petições, manejado muitas vezes como carga enfadonha, triturado em sua riqueza vocabular, atropelado na tentativa de ser reduzido ao coloquial, que muitas vezes peca pela falta de clareza quando esta é buscada exageradamente.

Se é verdade que esse é um dos males de nossa profissão, é de salientar que endemicamente atinge a todos os níveis universitários. Já entrou no campo do folclore, inclusive, a verificação das atribuições dos profissionais do



campo denominado de ciências exatas diante do trato com o vernáculo. E por ser um problema endêmico, que atinge a todos os profissionais, é que lembramos sua relação com a política nacional de ensino, voltada para um utilitarismo importado, vocacionado erroneamente para a formação de técnicos que independeriam de aprofundamento em questões tais como o trato aprimorado da linguagem, literatura, filosofia e coisas afins.

O estudante brasileiro vem sendo levado, há alguns anos, a uma formação linguística sincopada, porque aprende, desde cedo, que seu objetivo máximo é passar no vestibular e para isso precisará apenas marcar um X diante de perguntas curtas, cuja formulação, mais das vezes, pode ser encarada

pelo processo de eliminação, sem que a isso sejam forçados a maiores esforços intelectuais. A redação, que retornou aos vestibulares após a constatação da absoluta indigência em que nossos estudantes estavam, até esta tem servido para exercícios de embotamento intelectual, com a formulação de esboços gerais, simplificados, sobre determinados temas que se presume prováveis para o exame vestibular, levando os estudantes a decorarem "fórmulas" de redação, seguindo esquemas que dispensam maiores esforços de reflexão.

Desta forma, há uma ideologia cultural que faz submergir qualquer expectativa de se desenvolver no estudante brasileiro o exercício do raciocínio e da reflexão. Não se busca a discussão de idéias e a manifestação individual sobre questões que neces-

sariamente farão parte da vida dos futuros profissionais, como cidadãos engajados num processo de aperfeiçoamento. O que se busca é a computação de dados para aplicação em determinado momento crucial, como é o vestibular, e só. Não importa que, passados os exames, o estudante seja absolutamente incapaz de tratar do assunto objeto de prova. Importa apenas que ele está dentro da Universidade e irá constituir mais um na casta dos escolhidos para o primeiro lugar da pirâmide sócio-econômica do País.

Assim vocacionado, para atender apenas aos estímulos pragmáticos, de retorno mais imediato, não pode o estudante universitário desenvolver mais do que lhe é proposto, seja pelas contingências da sobrevivência, seja pela formulação, mesmo, de um ensino de nível superior que nada acrescenta ao vazio humanístico com que se defrontou no nível médio. Os que vão além, aqueles que lêem mais, que pesquisam e procuram aprimorar sua formação profissional, o fazem por decisão própria, sem que se possa falar do estímulo natural e necessário que deveriam receber nos bancos escolares.

E o pior é que não se pode debitar à conta dos professores, na sua maioria, essa terrível doença do ensino brasileiro. Ela reflete, como já se disse, a ideologia de um sistema que teme a reflexão, que vê em estudiosos e pesquisadores inimigos potenciais, porque estes necessariamente se colocam de maneira crítica diante das questões que são postas diante da sociedade como dados feitos e acabados.

Tem razão o professor José Lourenço de Lima. E urge que muitos, como ele, se levantem em defesa de valores indeclináveis. Um deles que é a preservação da língua nacional, que necessariamente reflete o aprimoramento ou a decadência de instituições básicas. Que ninguém jogue pedras no mestre, mas, ao contrário, lhe siga o conselho: "ao invés de pedras, busquem as livrarias e as bibliotecas, onde há os bons autores de que precisamos".

Presidentes de seccionais denunciam:

Os presidentes de seccionais reunidos com a diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Fortaleza, em seu XXIX Encontro, promovido, simultaneamente, com o II Congresso Nacional de Ensino Jurídico, manifestam à nação o resultado das reflexões que detidamente exercitaram ao longo de ambos os eventos.

Aprofundando indagações sobre a crise do ensino jurídico do País, concluíram pela urgência na reformulação do currículo de Direito e da metodologia do ensino, objetivando adequar a formação dos bacharéis em Direito às exigências da grave realidade nacional, além de sugerirem às autoridades educacionais a imediata elaboração de projeto de reforma através de uma comissão de alto nível, com a participação de representantes da OAB e de representantes dos estudantes, para elaborar projeto de reforma com base nas conclusões aprovadas no II Congresso Nacional de Ensino Jurídico.

Por outro lado, após tomarem conhecimento do texto final do projeto de reforma

Acção golpista contra instituições eleitorais

A denúncia faz parte da
Carta de Fortaleza, divulgada após o encontro
com a diretoria
do Conselho Federal da OAB, de
29 de novembro a 2
de dezembro. Aqui reproduzimos, na íntegra, o
documento
redigido na capital cearense.

eleitoral encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, decidiram, no exercício de dever estatutário, expressar enérgico protesto contra esta manifestação autoritária que abriga proposições

incompatíveis com o aperfeiçoamento das instituições democráticas, destinando-se a suprimir, definitivamente, no País, a alternância do Poder. Tal reforma, traduzindo intolerável acção golpista contra as institui-

ções eleitorais e o processo de democratização do País, destina-se a desfigurar a manifestação livre do eleitor nas urnas, com repercussões profundas na legitimidade e na representatividade política, hoje já reduzidas no país a níveis baixíssimos e absolutamente inaceitáveis.

Denunciam à nação mais esta intolerável agressão ao arbítrio, na sequência de um projeto político sem nitidez de etapas, conduzido, anárquica e sinuosamente.

Condenam, igualmente, o processo legislativo imposto com vistas à aprovação do projeto, onde a instituição do decurso de prazo suprime a manifestação do Congresso Nacional e esvazia de legitimidade a reforma eleitoral pretendida, verdadeiro esbulho político praticado contra todos os brasileiros.

E, por fim, reafirmam sua convicção de que, em meio à crise econômica e social que atravessa o país, é indispensável a existência de instituições estáveis, só possíveis de obter através do exercício do poder legítimo, resultante da vontade popular expressa em eleições indubitavelmente livres.

Jurista: leis arbitrárias são retrocesso da ordem jurídica

As leis inspiradas em objetivos preconcebidos e no intuito de colherem proveitos específicos são arbitrárias. Não importa se convalidadas pelo órgão legislativo competente. Caracteristicamente, leis injustas, não só porque contrariam princípios éticos em que assenta o Direito, como também porque desvirtuam seu sentido teleológico e assim não contribuem para aprimorar a ordem jurídica — objetivo das leis justas — senão para desordená-la.

Isso foi o que afirmou o jurista J. M. Othon Sidou, presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB, ao saudar, como paraninfo, os novos advogados associados à Seção da OAB de Pernambuco em novembro. Ele tratou, de improviso, sobre o tema "Casuismo legislativo, retrocesso da ordem jurídica".

Ele também participou, no Recife, do Encontro Nacional

de Juristas no transcurso do centenário da morte de Paula Baptista, promovido pela Academia Brasileira de Letras Jurídicas e pela direção da Faculdade de Direito do Recife e OAB-PE.

Do Encontro, participaram, além do jurista Othon Sidou, Dorany Sampaio, Ronaldo Souto Maior, vice-diretor em exercício da Faculdade de Direito, acadêmico Hamilton de Moraes e Barros, Silvio de Macedo, José de Moura Rocha,

Pinto Ferreira, Jacy de Assis e Laudo de Camargo, e os professores convidados Alcides de Mendonça Lima, de Pelotas, Rio Grande do Sul, Sérgio Bermudes, do Rio de Janeiro, e Cândido Dinamarco, da Universidade de São Paulo.

Othon Sidou falou sobre a figura de Paula Baptista como autor da primeira obra sobre hermenêutica publicada no Brasil (1860), e discorreu sobre o tema "A equidade e o bem comum na aplicação do Direi-

to". Também foram conferencistas do encontro os juristas Hamilton de Moraes e Barros, Alcides de Mendonça Lima, Jacy de Assis, Sérgio Bermudes e Cândido Dinamarco. Todos trataram de temas de Direito Processual, ciência que tem Paula Baptista como pioneiro no Brasil. Ele atuou na Faculdade de Direito do Recife durante quase meio século — de 1836 a 1881 — sendo seu primeiro professor concursado e diretor.

Tributarista lança livro na OAB

O advogado Paulo Bandeira da Cruz, consultor e assessor para assuntos tributários, efetuou, no gabinete da presidência da OAB, no dia 16 de dezembro, o lançamento do livro "Cisão de Sociedades no Direito Tributário", publicado pela Editora Saraiva. O lançamento contou com o apoio da OAB e do Instituto dos Advogados de Pernambuco.



Na apresentação da obra, o autor explica que seu objetivo principal foi "traçar as linhas mestras das inferências contábil-tributárias, investigando qual o tratamento fiscal dado ao problema pelo Decreto-lei nº 1.598, pelas autoridades fiscais por meio de instruções, pareceres normativos e outros atos semelhantes, e a opinião da doutrina".

O assunto — cisão de sociedades — é novo no direito brasileiro, mas, conforme acentua Paulo Bandeira da Cruz, "já existencialmente controverso, mesmo antes do advento da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976".

O trabalho de Paulo Bandeira da Cruz é considerado por tributaristas pernambucanos como uma excelente contribuição aos contabilistas, contadores e advogados que militam na área tributária, bem como a assessores e consultores de empresas, especialmente por conter farto material prático, com análise, inclusive, da cisão e suas implicações para o IPI, ICM, ITBI, implicações trabalhistas da cisão, etc.

Anuidades ficam abaixo da média

O Conselho Seccional fixou os valores de anuidades e taxas para o exercício de 1982 baseado em pesquisa feita junto às demais seccionais, que indicou como anuidade média o valor anual de Cr\$ 12 mil. O valor básico da anuidade para advogados em Pernambuco foi fixado em Cr\$ 10 mil, com três modalidades de pagamento: em parcela única, até 31 de janeiro, com abono, Cr\$ 7 mil. Em parcela única até 28 de fevereiro, ainda com abono: Cr\$ 8 mil. Pelo valor integral em quatro prestações mensais e iguais de Cr\$ 2.500,00 cada. A anuidade do estagiário foi fixada em Cr\$ 3.500,00.

Simultaneamente, o Conselho aprovou um plano de par-

celamento a fim de facilitar a regularização daqueles que se encontram em débito. O fundamental, que todo advogado pernambucano entende, é que a OAB precisa assegurar a obtenção de meios para a manutenção dos seus serviços básicos, fazendo-se necessária a atualização dos valores, diante de uma inflação vertiginosa e altamente solapadora do valor da moeda.

A carteira definitiva custará Cr\$ 800,00; a provisória, Cr\$ 400,00; plastificada, Cr\$ 500,00. O exame da ordem custará Cr\$ 2.000,00, e o exame de verificação, Cr\$ 1.000,00. O registro de sociedade de advogados foi fixado em Cr\$ 20.000,00.

Em fevereiro, as festas dos 50 anos

Fevereiro de 1982 terá um significado especial para os advogados pernambucanos: ele marca o cinquentenário de nascimento da nossa seccional. Para festejar estes cinquenta anos de luta pela aplicação do Direito e busca da Justiça, haverá diversas promoções, que vêm sendo estudadas por uma comissão constituída pelos ex-presidentes José Cavalcanti Neves, Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Otávio Lobo. Nos primeiros dias de janeiro, deveremos divulgar as solenidades que marcarão a passagem do cinquentenário, que terá registro histórico especial, com trabalho de Nelson Saldanha.

A importância da seccional da OAB de Pernambuco para o exercício da advocacia é reconhecida pelos mais expressivos setores da ciência e da cultura no Estado, valendo ressaltar o que foi dito no Editorial de nosso informativo de nº 10: A OAB-PE chega aos seus 50 anos de existência com um testemunho de profunda coerência entre a natureza da atividade profissional do advogado e a essência do órgão que o representa. O que mais soma em tudo, é compreender que esse processo de coerência resulta de identificação de instituição com as mais profundas aspirações do povo brasileiro.

Concretamente, essa postura pode ser aferida, a partir, mesmo, do posicionamento da seccional diante de questões de natureza político-

institucional, como a decisão do governo federal recente, alterando a legislação eleitoral. A propósito, a seccional se manifestou, através de Nota Oficial nos seguintes termos:

"A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Pernambuco, por seu Conselho reunido extraordinariamente hoje, 19 de dezembro de 1981, considerando o envio, ontem, ao Congresso Nacional, de proposta do Poder Executivo que altera legislação eleitoral, vem, no exercício do seu dever estatutário, externar o seu mais enérgico protesto contra as proposições incompatíveis com o aperfeiçoamento das instituições democráticas e violentadoras da vontade do povo brasileiro, na medida em que cerceiam ao eleitor o direito de livre escolha e fraudam a vontade popular, essenciais à legitimidade do Poder.

Condenando o processo legislativo imposto para a aprovação do Projeto, onde o decurso do prazo se substitui à vontade do Congresso Nacional, tornando ilegítima a Lei em que venha a transformar-se reafirma sua convicção de que, em meio à crise econômica e social que atravessa o País, é indispensável a existência de instituições estáveis, só possíveis de obter através do exercício do poder legítimo, resultado da vontade popular em eleições verdadeiramente livres, e que, longe de soluções casuísticas, o momento histórico exige a participação de todos, sem o que continuará o divórcio entre o Governo e a Nação".

Os vencedores do Concurso Pontes de Miranda

"O Fundamento da Validade do Direito", de Antônio Esteves, e "Obrigações Solidárias de Prestações Múltiplas", de Everaldo Valente, foram os trabalhos classificados em 1º lugar nos concursos Pontes de Miranda de Direito Público e Direito Privado, respectivamente.

A identificação dos concorrentes foi feita em ato público que contou com a participação do presidente e conselheiros da OAB, advogados e concorrentes. Nos próximos dias será realizado outro ato solene para a entrega dos prêmios aos vencedores.

Na parte de Direito Público, foram os seguintes os demais classificados: 2º prêmio — Nilo Pereira, com o trabalho "A Sistemática Constitucional do Império Brasileiro — Relações entre a Igreja e o Estado"; 3º prêmio — Virgílio Barros de Medeiros Campos, com "Na-

tureza Jurídica dos Terrenos de Marinha".

Foram dadas menções honrosas a Ubiratan do Couto Maurício, que apresentou três trabalhos: "Da Propedêutica da Assistência Simples", "Da admissibilidade da Assistência Simples" e "Dos Efeitos da Assistência Simples".

Outros trabalhos classificados: "Direito e Casuismo", de José Carlos Zanforlin; "O Direito do Trabalho dos Ordenamentos Liberais e nos Socializados: O Direito do Trabalho no Brasil", de Rosana Grinberg; e "A Teoria Constitucional da Transição para o Século Vinte", de Nelson Saldanha.

Na categoria de Direito Privado, coube o 2º prêmio a Ivaldo Olímpio de Lima, com o trabalho "Dos Prédios Terrenos e dos Terrenos com Prédios".